

A REELEIÇÃO DE DILMA E A MANUTENÇÃO DE SUA POLÍTICA EXTERNA

João Pedro Levy e Gabriel Asaf



Os anos de governo do PT foram marcados por uma política externa de tendência emancipatória, além de uma tendência mais desenvolvimentista, em contraposição a uma política liberal em voga desde os anos 1980, no mundo, e 1990, no Brasil. No contexto de pensamento do desenvolvimento, o alinhamento a países centrais – como os Estados Unidos e a União Europeia – tem um fator de busca por alicerces dessa procura pelo crescimento, sendo essas as áreas tecnológicas, político-científica e financeira. A política externa do governo Dilma visa a uma aproximação entre o Brasil e polos de poder alternativos no cenário internacional, podendo vir a trazer uma participação mais proativa do País, baseada num viés político-estratégico, no qual o contato com países periféricos garante uma maior inserção brasileira em discussões e tomada de decisões na conjuntura internacional.

Em seu projeto de governo, cita-se uma tendência a priorizar a criação e estreitamento de relações com áreas da América Latina, do Sul, Caribe, Ásia e África; o que já indica uma decisão favorável ao posicionamento da política Sul-Sul, ou seja, voltada para uma realidade fora dos tradicionais alinhamentos da política externa brasileira.

Outra questão importante no planejamento

da política externa é a prioridade da atuação no campo da multilateralidade. Junto a isso, tenta-se afirmar a soberania brasileira, negando a anterior necessidade de alinhamento aos Estados Unidos. Essa tomada de atitude autônoma leva à busca de inserção da “voz” da política externa brasileira em contextos diferentes daqueles tidos como mais proeminentes, criando uma identidade própria para o Brasil naquilo que representaria o alcance dos objetivos ideológicos desse viés de política externa no cenário internacional. A multilateralidade, portanto, sustentaria a emancipação da postura brasileira no mundo, tornando-o um ator internacional que contribui como país referência na busca pela maior atuação no campo das relações internacionais, ainda que não disponha dos artificios dos maiores centros de tomada de decisões do mesmo contexto.

É interessante ressaltar que tal posicionamento já tem sido visto por meio do questionamento da gerência de determinados órgãos internacionais por parte do Brasil, com o objetivo de dar mais voz e poder aos demais países que almejam uma posição atuante no cenário internacional. Este ponto pode ser exemplificado através das opiniões emitidas pelo governo brasileiro nos fóruns de discussões mundiais, tais qual a reforma de cotas do Fundo Monetário Internacional

(FMI) – parada até hoje no Congresso estadunidense - e a busca pelo assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com os integrantes do G4: Alemanha, Índia e Japão.

Existe uma forte influência idealista nestes princípios multilaterais. Uma passagem do Plano de Governo traz conceitos como a defesa da democracia, a não intervenção nos Estados - respeitando a soberania das nações -, assim como posição favorável à luta pela paz e resolução de conflitos por meio de negociações pacíficas. Remontar esses princípios às aspirações surgidas no início do século XX, que vieram a contextualizar uma mudança da visão no que diz respeito à cooperação das nações, é uma tarefa um tanto abstrata. Sem dúvida, porém, a multilateralidade, sobre a qual o governo Dilma basearia sua política externa, carrega consigo raízes no âmbito da idealização de um mundo que busca um desenvolvimento político coletivo, considerando os membros da coletividade do cenário internacional como dignos de participação nessa construção pacífica de meios para atingir objetivos, comuns ou não comuns. Ter esse discurso como parte do documento oficial de planejamento do governo Dilma traz à tona a questão: a política externa de sua gestão tem bases ideológicas condizentes com os principais anseios nacionais no âmbito das relações internacionais, ou seria apenas um modo de reproduzir um discurso defendido pelo próprio partido?

No Plano de Governo da oposição ao governo Dilma, que era sustentado, no segundo turno, pelo candidato Aécio Neves, objetivando o rumo do crescimento econômico, com a posterior consequência de maior influência no cenário internacional, a política externa se veria alinhada a países de grande influência. A maior atividade no cenário internacional, segundo as diretrizes adotadas e que tenderão a ser mantidas pelo atual governo, seria autônoma em relação a esse alinhamento, não dependendo, embora sem excluí-lo, vitalmente do apoio de países centrais para a tomada de suas decisões. Em sendo o Brasil inserido de maneira mais in-

cisiva na conjuntura internacional, poderia haver, como consequência, um desenvolvimento da política externa, e a questão do anseio nacional reside neste aspecto. Interessa ao país, de acordo com as próprias repercussões anteriores sobre a maior disponibilidade em atuar nas questões presentes no contexto internacional, como o impasse do plano nuclear iraniano e também na sua atuação no MINUSTAH – a missão da ONU que visa à estabilização social e econômica do Haiti depois da série de terremotos que abalaram o país, presente em território haitiano desde junho de 2004 -, a possibilidade de entrar em evidência no âmbito de países que fazem parte dessa tentativa homérica de construção de um cenário internacional em que não só países cuja projeção se dá numa maneira mais visível devido a suas condições de desenvolvimento participam das questões pendentes, mas também têm espaço aqueles que buscam uma voz ativa que não precise ser legitimada num nível econômico comparável às grandes potências. Esse pensamento político-estratégico se percebe, logo, como uma ferramenta passível de uso pelo governo para aumentar a credibilidade do Brasil no cenário internacional, levando-o a posições posteriores de pleitear maiores espaços na conjuntura das relações internacionais.

Tendo em vista as análises anteriormente feitas, nota-se que as diretrizes da política externa presentes no Plano de Governo da Dilma mantêm as suas bases. Assim sendo, a política externa proposta pela presidente se daria de forma a continuar as posturas que já vinham sendo tomadas desde antes de seu governo. Não há nada de novo que suponha uma alteração sensível nas práticas das relações internacionais que vêm sendo aplicadas pelo governo do PT.